

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL
Plenário – 09/05 - 19h

Deputados e senadores participam na quinta-feira (9), a partir de 10 horas, de sessão do Congresso Nacional para a análise de vetos presidenciais. Será a primeira sessão deliberativa do Congresso Nacional neste ano. Na pauta, estão 32 vetos e dois projetos de lei.

O Congresso deve votar o veto parcial à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que trata, entre outros temas, de um cronograma para o pagamento, pelo governo, de emendas parlamentares obrigatórias. Outros itens que estão previstos são os vetos parciais à lei da saída temporária dos presos (Lei 14.843/24 -Veto 8/2024), à Lei Geral do Esporte (Veto 14/23), e à lei de regulamentação das chamadas bets (Lei 14.790/23 - Veto 49/23).

Resultado: O Congresso Nacional aprovou, nesta quinta-feira (9), projeto que altera diretrizes sobre o Orçamento de 2024 e facilita os repasses por emendas individuais a cidades em situação de calamidade pública, como é o caso dos municípios gaúchos afetados por fortes chuvas nos últimos dias. O PLN 4/2024 também prevê, entre outros pontos, o fortalecimento de ações em prol da saúde mental de pessoas com autismo.

O Congresso Nacional rejeitou diversos itens de 13 vetos presidenciais após acordo entre governo e oposição, incluindo na legislação trechos relativos à Lei Geral do Esporte, à flexibilização de regras para agrotóxicos (Lei 14.785/23) e à regularização de terras na Amazônia (Lei 14.757/23). O acordo abrangeu ainda vários itens do projeto sancionado da Lei Orçamentária de 2024.

SENADO FEDERAL

Plenário – 07 e 08/05

O Plenário pode votar nesta terça-feira (7) o PLP 233/2023, que cria um novo seguro obrigatório para veículos (SPVAT) — semelhante ao antigo Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres (DPVAT).

Na quarta-feira (8), está prevista a quinta e última sessão de discussão da PEC 10/2023, que cria uma parcela mensal de valorização por tempo de exercício para servidores públicos da carreira jurídica, como juízes e promotores. A partir daí a matéria já poderá ser apreciada em primeiro turno. A sessão deliberativa está marcada para as 14h.

A pauta tem ainda outros itens que aguardam deliberação dos senadores, como o PL 795/2024, que cria a tarifa social de água e esgoto.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: Na terça-feira (7), o Senado aprovou o decreto legislativo que reconhece estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul até 31 de dezembro de 2024. O PDL 236/2024 foi promulgado no mesmo dia pelo presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco.

Na quarta-feira (8), o Senado realizou a quarta sessão de discussão da PEC 10/2023, que cria parcela mensal compensatória para carreiras jurídicas. Devido às enchentes no Rio Grande do Sul, a quinta sessão será realizada somente após acordo de líderes

O Plenário aprovou o PL 4015/2023, que classifica como de risco a atividade de integrantes do Judiciário e do Ministério Público. Os senadores modificaram o texto da Câmara e estenderam o mesmo tratamento a oficiais de justiça, advogados públicos, policiais legislativos e judiciais. Os crimes de homicídio e lesão corporal cometidos contra tais autoridades terão penas mais rigorosas. Por causa das mudanças, o texto será analisado novamente pelos deputados.

Também foi aprovado o PLP 233/2023, que autoriza a recriação do antigo DPVAT, que agora passará a se chamar SPVAT (Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito). O SPVAT garante indenização às vítimas de acidente de trânsito por morte ou invalidez permanente parcial e total. O projeto também vai permitir ao governo federal antecipar um crédito suplementar de cerca de R\$ 15,7 bilhões no Orçamento. O projeto segue para sanção presidencial.

CPI da Braskem – 07 e 08/05 - 9h

A CPI agendou para terça-feira (07), Oitivas de Paulo Roberto Cabral de Melo (engenheiro e responsável técnico da Braskem) e Thales de Queiroz Sampaio (servidor aposentado do Serviço Geológico do Brasil - SGB/CPRM)

No quarta-feira (08), a CPI da Braskem agendou vistoria à Maceió. Segundo o relator, Senador Rogério Carvalho, estarão presentes além dele, o presidente da Comissão, senador Omar Aziz, do senador Rodrigo Cunha, do senador Dr. Iran e de uma equipe de consultores, como também de vários profissionais do Senado Federal.

Resultado: A CPI da Braskem fez diligência em Maceió na quarta-feira (8). Senadores conferiram os impactos causados pela extração de sal-gema, que causou afundamentos em vários bairros. Além de visitar o centro de monitoramento da Braskem, eles foram até a sede da Defesa Civil, que informa a movimentação do solo em tempo real. Também foram recebidos pelos moradores afetados e se reuniram com representantes do Ministério Público.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário - 07 e 08/05

Pauta da semana ainda não foi divulgada.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou o PL 5813/2023, que define regras para estimular a contratação, como empregado, aprendiz ou estagiário, de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A matéria será enviada ao Senado.

A Câmara dos Deputados também aprovou o PL 624/2023, que cria um programa para gerar energia elétrica a ser usada por famílias beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) por meio de créditos de energia. A matéria será enviada ao Senado.

**Comissão Externa sobre fiscalização dos rompimentos de barragens e
repactuação - 07/05 - 14h - Plenário 02**

Audiência pública sobre Situação da barragem de rejeitos Forquilha III, da companhia Vale S.A., em Ouro Preto/MG. Entre os convidados, destacam-se:

- Luiz Paniago Neves, Superintendente de Segurança de Barragens de Mineração da Agência Nacional de Mineração (ANM);
- Bruno Nominato de Oliveira, Representante do Ministério Público Federal;
- Sérgio Augusto Domingues, Superintendente do Ibama em Minas Gerais.

Resultado: Realizada.

Comissão de Segurança Pública - 08/05 - 16h30 - Plenário 06

Audiência Pública sobre Ferramentas de reconhecimento facial e o combate ao crime. Entre os convidados, destacam-se:

- Marlon Jorge Teza, Presidente Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares (FENEME);
- Vladimir Aras, Procurador Regional da República;
- Marcos Felipe da Motta, Superintendente de Inteligência Integrada da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Resultado: Realizada.